



CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ: ANÁLISE HISTÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA

ALBERTON, Vanessa

Estudante de mestrado do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGIDC-PR)

valbertontur@gmail.com

FREITAS, Carlos Cesar Garcia

Professor do Departamento de Administração da Universidade do Norte Pioneiro (UENP-PR)

cesarfreitas@sercomtel.com.br

641

RESUMO

O presente artigo visa explicar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar como se deu o processo de construção social do Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná, a partir dos pressupostos da construção social da tecnologia. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter descritiva e qualitativa, por meio de análise de dados de fontes em referências bibliográficas e documental. Como parte dos resultados alcançados, foi evidenciada a presença de instituições públicas regendo todo o processo de construção do Conselho Gestor, representando o pequeno agricultor familiar, regulamentando e ordenando as ações a serem seguidas, mostrando a importância da institucionalização no processo de construção de uma nova tecnologia. Houve a participação social no momento de construção do Conselho Gestor e têm-se essa ação notada até o momento atual, por meio de participações da comunidade nas reuniões ordinárias que ocorrem bimestralmente.

Palavras-chave: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar. Construção Social.

ABSTRACT

The present article aims explain the results of a search which ad has the objective analyze how was the process of social construction of the Management Council of the Territory South Central Paraná, from the assumptions of the social construction of technology. For this, was developed a search of descriptive and qualitative character, through analysis of data from sources in bibliographic and documentary references. As part of the results achieved, evidenced the presence of public institutions governing the construction process the Management Council, representing the small family farmer, regulating and ordering the actions to be followed, showing the importance of institutionalization in the construction of a new process technology. There was social participation at the time of construction of the Management Council and if this action have noticed until today, through community participation in regular meetings that take place every two months.

Key-words: Ministry of Agrarian Development. Family Farming. Social Construction.



INTRODUÇÃO

Cada proposta tecnológica representa um interesse social. No caso do Conselho Gestor, este é tido como uma tecnologia social de trabalho, se enquadrando em uma metodologia de intervenção social, pois serve como mecanismo de intermédio das demandas sociais junto ao poder público, buscando projetos e soluções para as necessidades coletivas da comunidade.

Na tentativa de suprir uma demanda agrícola que visava o desenvolvimento do seu meio rural, o Conselho Gestor surge por meio da atuação e participação de inúmeros atores, lideranças e com objetivos distintos, determinados em conjunto com a comunidade a ser envolvida, lutando por projetos e benfeitorias que melhorassem seu modo de vida.

Para entender como se deu o processo de construção do Conselho Gestor, esse artigo procura, através dos elementos que compõe a *práxis* tecnológica, compreender como se deu essa construção e sua real relação com a comunidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se a seguir, os principais conceitos envolvidos nesse estudo, que servirão de base teórica para melhor compreensão do tema abordado.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA

Com o intuito de compreender as relações existentes entre a sociedade e a tecnologia surge o termo Construtivismo Social da Tecnologia, uma abordagem desenvolvida por Pinch e Bijker (1987), que defende que a forma final de uma tecnologia é consequência de um processo de construção social e não o resultado de um processo autônomo.

Os autores propõem categorias para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, tais como: (1) grupos sociais relevantes; (2) estrutura tecnológica; (3) flexibilidade interpretativa e; (4) estabilização e fechamento. Os **grupos sociais relevantes** dizem respeito aos atores envolvidos no processo de construção da tecnologia, podendo ser de forma individual, grupal ou institucional, e tem sua percepção influenciada por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos.



A **estrutura tecnológica** dita os padrões de comportamento do indivíduo, no contexto em que está inserido. É nela que os atores encontram seus objetivos, valores, conceitos e práticas que partilham entre si. É entre os grupos sociais que o artefato, o modelo de tecnologia a ser buscado, ganha uma definição, pois após ocorrerem discordâncias e desentendimentos, chega-se a um consenso sobre qual modelo será mantido.

A terceira categoria é a **flexibilidade interpretativa**, que aqui será compreendida por meio do exemplo da bicicleta, de Pinch e Bijker. Existiam dois modelos predominantes desse meio de transporte em certa época: um com um pneu menor atrás e outro com os dois do mesmo tamanho, atendendo necessidades distintas dos indivíduos. Isso se chama flexibilidade, ter essa distinção conforme a demanda exige, com finalidades e significados diferentes.

Por fim, a **estabilização e fechamento** é o processo de filtragem das ideias para a nova tecnologia, de forma que umas são substituídas por outras e, no final, há uma estabilização, um consenso para que o novo produto atenda as necessidades, sem se tornar algo radical para a sociedade.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA TECNOLOGIA

Os debates sobre a importância de existirem tecnologias no dia a dia de uma comunidade ocorrem há décadas, envolvendo diversas metodologias, enfoques e posições filosóficas, evidenciando o peso que esse elemento tem nas mudanças sociais e pessoais (TRIGUEIRO, 2009).

O processo de produção de uma tecnologia é um constante movimento seletivo e algumas tecnologias são deixadas de lado para que novas surjam. Esse fato implica em incontáveis necessidades e demandas de origens diversas, sejam elas econômicas, sociais, políticas, médicas, alimentares, do setor agropecuário, entre outros. Nesse momento, se destacam os chamados *seletores*, grupos formados por “atores que buscam exercer uma hegemonia, ou fazer valer seus interesses sobre o ambiente tecnológico” (TRIGUEIRO, 2009, p. 53), aumentando suas chances de implementar determinada tecnologia ou barrar outras demandas que possam vir a se desenvolver.

Os *seletores* são constituídos por instituições, indivíduos e grupos sociais que manifestam seus interesses e pressionam a produção tecnológica e, têm como um dos seus resultados, tornar viável a configuração de uma estrutura capaz de concretizar determinados



resultados tecnológicos. A essa estrutura dá-se o nome de estrutura da prática tecnológica, ou *práxis* tecnológica. A atuação dos *seletores* varia de acordo com fatores, tais como: pressões ideológicas e/ou políticas; necessidades e interesses ligados à alimentação; à saúde; necessidades de regulamentação; ou interesses econômicos (TRIGUEIRO, 2009).

Esses fatores são determinantes no processo de produção de uma tecnologia e, muitas vezes, são influenciados uns pelos outros, criando um campo de conflito, onde apenas algumas das opções tecnológicas serão escolhidas para serem desenvolvidas.

A estrutura da prática tecnológica, juntamente com os *seletores*, trabalha de forma conjunta, buscando reduzir o grau de complexidade do ambiente tecnológico, dessa forma, constituindo o chamado sistema tecnológico, responsável por eleger, seletivamente, algumas entre tantas opções tecnológicas presentes em certo ambiente (TRIGUEIRO, 2009).

A prática tecnológica se estrutura com componentes físicos e institucionais, que convivem de forma conflituosa em virtude de algumas ações intencionais nos processos de produção das tecnologias e, tem como função, “implementar, efetivamente, as possibilidades tecnológicas que já passaram por algum processo seletivo, mediante disputas muito diversificadas na prática tecnológica” (TRIGUEIRO, 2009, p. 63).

São quatro os componentes básicos que compõe a *práxis* tecnológica, de acordo com Sousa (1980 *apud* TRIGUEIRO, 2009), se relacionando entre si mediante um vasto campo de conflitos. Cada um desses elementos desenvolve certa autonomia sobre os demais, o que representará uma contribuição relevante. São eles: 1) as alternativas de escolhas humanas; 2) o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; 3) as formas fenomenológicas da tecnologia e; 4) a base sócio material, como mostra a figura 1:

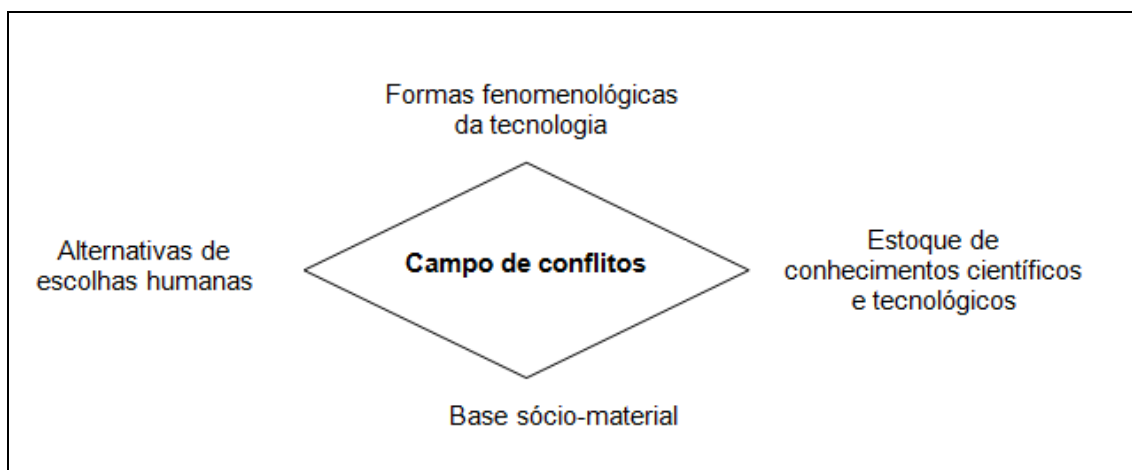


Figura 1 – Esquema proposto pelo modelo de Sousa (1980)

Fonte: Adaptado de Trigueiro (2009, p. 66)

As **alternativas de escolhas humanas** dizem respeito às demandas, interesses, pressões e necessidades sociais, previamente avaliadas e aprovadas inclusive pelos *seletores*, que vão desde grandes produtos até pequenas tecnologias voltadas para a agricultura familiar, por exemplo, abrangendo interesses econômicos, culturais, humanos ou ideológicos. Essas opções tecnológicas serão, de acordo com o autor, objetos de atenção dos *seletores*, que irão definir se tais tecnologias serão ou não implantadas, pois passarão por mais um processo de seleção.

Porém, são consideradas opções tecnológicas prioritárias entre tantas outras que configuram o ambiente tecnológico, pois representam também aspectos ideológicos, culturais e humanos. Essas conquistas da sociedade estão relacionadas com a interação dos atores sociais lutando por seus direitos e necessidades, com o processo de construção social, que para Berger e Luckmann (2004), ocorre entre os indivíduos de forma coletiva, através das relações sociais, sendo possível haver debates e chegar a soluções e conclusões sobre o encaminhamento de problemas sociais distintos.

As **formas fenomenológicas da tecnologia** designam os resultados alcançados, os conhecimentos adquiridos no processo de desenvolvimento de determinada tecnologia, envolvem o uso de novas técnicas e instrumentos de trabalho. Demonstram os fins, o que será visível para a comunidade, ou seja, o resultado final, a tecnologia concreta.

O **estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos** são as referências disponíveis para a pesquisa, tais como resultados científicos e tecnológicos já disponibilizados por outros pesquisadores, que servem de base para novas pesquisas e descobertas científico-tecnológicas. A linguagem é um elemento sem o qual esse estoque não existiria e que, além de mediar as



relações humanas, segundo Berger e Luckmann (2004) foi a primeira forma de institucionalização que o homem criou.

A linguagem possibilita o conhecimento da realidade objetiva, expondo a subjetividade do indivíduo, é “a forma como a realidade da vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (MAGALHÃES, 2004, p. 236). É nesse mundo coerente que se desenvolvem as pesquisas, os estudos e se buscam os novos conhecimentos.

Juntamente com as alternativas de escolhas humanas, o estoque representa a matéria-prima da prática tecnológica, que por sua vez, consiste nos conhecimentos a respeito da natureza física e social, nos interesses e nas necessidades manifestas por novos conhecimentos, que serão posteriormente transformados em conhecimentos aprofundados sobre a realidade.

A **base sócio material** é um condicionante de toda a estrutura, sendo formada pelas relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que servirão de base para formular uma tecnologia de modo que se adeque às características da comunidade em que será inserida. Em parceria com o estoque de conhecimentos existentes, “condiciona o conjunto de alternativas de escolhas humanas, definindo o campo de possibilidades em que, mediante o conflito, certas opções tecnológicas são selecionadas em detrimento de outras” (TRIGUEIRO, 2009, p. 66).

Trigueiro (2009) acrescenta outros dois componentes para a prática tecnológica: a **estrutura institucional** e o **operador tecnológico**. O primeiro diz respeito às instituições (de forma individual ou através de sinergia) que irão concretizar a geração de uma nova tecnologia. Pode ser uma universidade, uma instituição de pesquisa, um laboratório, uma indústria, por exemplo. É um componente de grande relevo na *práxis*, pois é nele que se concretiza a atividade de geração de tecnologias. Essa estrutura institucional possui algumas características específicas, como: a autonomia de incluir uma parcela da população e excluir outras; possui regras e normas pré-estabelecidas, com hierarquias de poder e divisão de trabalho e; realizam ações intencionais e planejadas.

Em resumo, a estrutura institucional tem a função de atender três funções: (1) realizar produtos organizacionais e atingir metas; (2) minimizar ou regular a influência das variações individuais sobre as organizações e; (3) estabelecer os contextos em que o poder é exercido e onde as decisões são tomadas (HAAL, 1984 *apud* TRIGUEIRO, 2009, p. 69).

O segundo componente representa o conjunto de estruturas que conduzem e orientam o processo de geração de uma nova tecnologia, fazendo a ligação entre a base sócio material e as



suas expectativas, crenças e valores, o que interfere diretamente no processo de produção. O operador tem a capacidade de acionar e orientar o processo de geração de tecnologias e atua no sentido de captar quais necessidades e demandas deverão ingressar no processo de geração das próximas a serem criadas. Além de intermediar as relações entre a base sócio material, as alternativas de escolhas humanas e a estrutura institucional, o operador possibilita as suas próprias relações (TRIGUEIRO, 2009).

O operador tecnológico possui três componentes fundamentais, ainda de acordo com Trigueiro (2009, p. 73 a 77): (1) o componente das diretrizes governamentais e dos programas de cooperação e financiamento – é responsável pelo fornecimento de recursos materiais e financeiros para os programas de pesquisa e instituições, através de bancos e agências financiadoras, tanto nacionais como internacionais e outros meios; (2) o componente das demandas tecnológicas manifestas – formado pelas pressões e necessidades expressas por diferentes grupos sociais, que formam as opções tecnológicas selecionadas e; (3) o componente motivacional – “conjunto de valores, crenças e expectativas do pesquisador, que influenciam decisivamente as suas ações no processo de geração de tecnologia”.

Considerando as inter-relações que os componentes têm entre si, onde cada um dos elementos interfere direta ou indiretamente nas ações dos demais, temos um esquema ampliado em torno do campo de conflito, abrangendo os quatro componentes de Sousa e os outros dois sugeridos por Trigueiro, dando origem à figura 2:

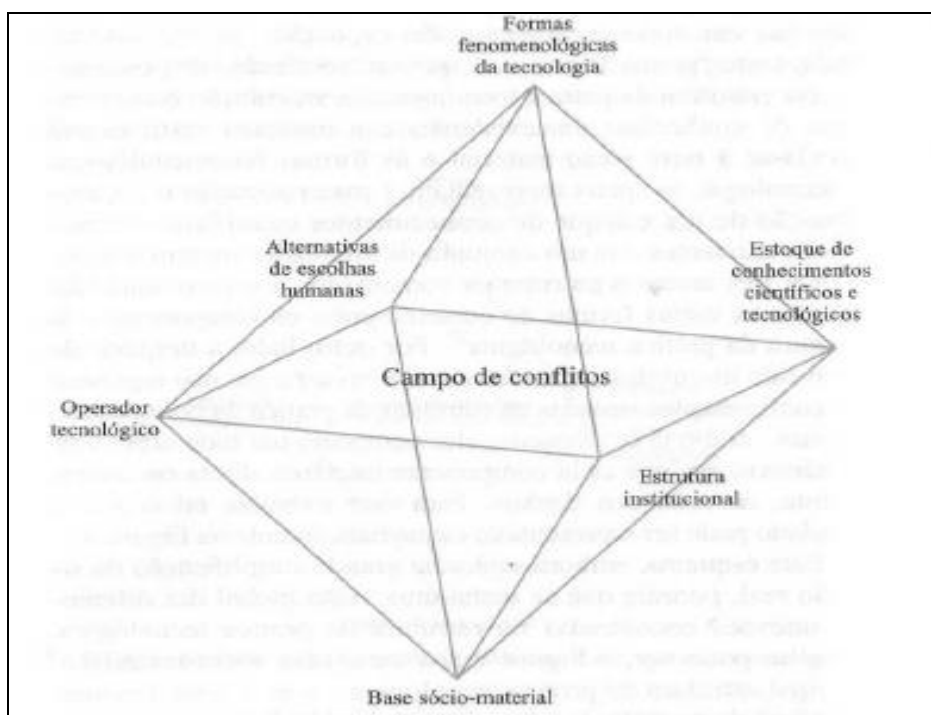


Figura 2 – Estrutura da prática tecnológica
Fonte: Trigueiro (2009, p. 90)

Através desse esquema é possível ter uma visão mais ampla de todas as conexões que ocorrem entre os componentes da *práxis* tecnológica. Merece destaque a base sócio material, considerada a principal estrutura da prática tecnológica, que se relaciona diretamente com quatro componentes: a estrutura institucional; o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; as alternativas de escolhas humanas e; o operador tecnológico. Por fim, ela atravessa o campo de conflito, chegando até as formas fenomenológicas, que nada mais são do que o resultado da prática tecnológica (TRIGUEIRO, 2009).

O autor destaca a importância da instituição nesse modelo, sendo que aqui ela não se apresenta reificada, mas sim, entra como um componente importante e problemático no processo de geração de uma tecnologia, que está condicionada à base sócio material. Por outro lado, ela influencia e é influenciada por todos os elementos da prática tecnológica, sendo considerada como possuidora de uma autonomia-relativa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo foco principal é conhecer a comunidade e, portanto exige que o pesquisador saiba de uma série de informações sobre o que quer pesquisar



(TRIVIÑOS, 1987). Para isso, esse tipo de pesquisa descreve as características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 2008), nesse caso, o Conselho Gestor.

Possui uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 244) “realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza”, e desenvolve um papel de empatia em relação aos motivos, intenções e projetos dos atores, fazendo com que as ações, as estruturas e as relações se tornem relevantes.

Foi realizada pesquisa documental, tendo como base principal, trabalhos desenvolvidos por Geraldi (2006; 2011), que por sua vez foram obtidos por meio de vivência direta que o pesquisador teve com o Território Centro Sul entre 2004 e 2008, enquanto atuava como consultor do Consórcio de Desenvolvimento Regional do Centro-Sul do Paraná na elaboração de Planos Diretores de alguns dos municípios associados. Além de outras fontes bibliográficas consultadas, como Rech (2010), para embasar os conteúdos e obter mais informações acerca dos assuntos abordados.

Para o tratamento dos dados coletados dos meios bibliográficos, foram utilizadas as categorias de análise da prática tecnológica: alternativas de escolhas humanas; formas fenomenológicas da tecnologia; estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos; base sócio material; estrutura institucional e; operadores tecnológicos.

CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ

Devido às suas influências nas políticas de desenvolvimento, o conceito de território ganha definições de diversas áreas como: filosofia, economia, antropologia, sociologia e geografia. Todas essas consideram o território como sendo fruto do processo de construção sócio/histórico de um determinado espaço geográfico, nascendo com identidade própria, se diferenciando com seus aspectos culturais, socioeconômicos, físicos, naturais, políticos e administrativos (GREGORIO, 2012). É como uma unidade de referência, com “nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social” (SHNEIDER, 2004, p. 110).



O Território Centro Sul do Paraná é composto por 12 municípios, sendo eles: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Abrange uma área de 10 mil km², ou seja, cerca de 5% da área total do estado (IPARDES, 2007).

Como ferramenta de representação social e via de obtenção de meios e programas para o desenvolvimento dos municípios que compõe o Território, o Conselho Gestor figura como um órgão aberto aos membros e à sociedade, demonstrando o seu potencial em colaborar com a resolução dos problemas da agricultura territorial.

Os Conselhos Gestores atuam com políticas setoriais, no controle de ações específicas, como merenda escolar, ou com temas transversais (direitos humanos e violência contra a mulher), sendo compostos por órgãos públicos, de composição paritária tanto com sociedade civil quanto com governo, criados por lei, e responsável pelo repasse de recursos federais, com atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle (TEIXEIRA, 2000 *apud* CARVALHO e TEIXEIRA, 2000).

Na região Centro Sul no ano de 1996 foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), como o intuito de discutir propostas para o desenvolvimento rural da região de Irati. Em 2003, houve debates para discutir os novos conceitos de desenvolvimento sustentável com abrangência territorial e sobre gestão social, reunindo lideranças, conselhos e instituições durante a realização de seminários municipais.

A partir dessas mobilizações, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) liberou o primeiro recurso, que foi empregado em um projeto de abertura do Centro de Formação de Agentes de Desenvolvimento para a Construção da Cidadania no Território Centro Sul do Paraná, sendo devidamente alocado por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) (RECH, 2010; GERALDI, 2006).

O Território Centro Sul do Paraná, e conseqüentemente seu Conselho Gestor, foram reconhecidos em 11 de maio de 2005, durante reunião do CEDRAF, instância que aprova a inclusão dos Territórios ao programa. Até essa data era considerado pré-território¹ e recebia verbas por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar),

¹ É o reconhecimento parcial de um grupo de municípios na sua inclusão no programa ministerial tendo que demonstrar maior capacidade de articulação para ser elevado à categoria de Território e usufruir plenamente do programa (GERALDI, 2011).



passando a receber recursos, agora na condição de Território, do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) (GERALDI, 2011).

Desde então, o Conselho Gestor vêm discutindo e elaborando projetos, juntamente com a comunidade, através dos membros conselheiros que participam regularmente das reuniões, cumprindo com sua missão: “estabelecer e implementar políticas de superação da pobreza, redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia garantindo a participação e o controle social da população do Território” (RECH, 2010, p. 59).

Como prova de que é uma tecnologia que se adaptou à região e às necessidades existentes nos municípios, o Conselho Gestor foi legitimado pela população e é aceito pelos agricultores, pois é um meio de conseguir melhorias em suas propriedades, através de projetos governamentais, cursos e programas que o Conselho intermedia, como a Regularização Fundiária e os cursos do PRONATEC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tenta-se analisar nesse momento, o processo de construção do Conselho Gestor utilizando como perspectiva, a construção social da tecnologia através de seus componentes fundamentais, associando cada um deles com a realidade da época da criação.

O processo de criação do Conselho Gestor considerou como sendo relevantes as **alternativas de escolhas humanas** determinadas por Sousa (1980 *apud* TRIGUEIRO, 2009), pois buscou suprir a demanda existente na época, relacionada com a necessidade de desenvolver o meio rural, visto que a região era carente de tecnologias que auxiliassem no desenvolvimento rural. O baixo índice de desenvolvimento humano, a falta de industrialização da época e a grande produção de tabaco podem ser considerados fatores que embalaram essa nova fase em busca de desenvolvimento e melhorias agrícolas.

Além disso, ocorreu a participação ativa da população para definir os objetivos do Território, em que o Conselho Gestor, já reconhecido, efetivou como uma de suas primeiras ações: realizar uma oficina em cada um dos 12 municípios envolvidos, sendo construído um diagnóstico com a participação dos agricultores familiares. Com os resultados obtidos e após debates com os integrantes do Conselho Gestor, foram definidos os objetivos do mesmo: superar a pobreza por meio da geração de emprego e renda; reduzir as desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; diversificar as atividades econômicas e sua articulação dentro e fora do



território; adotar instrumentos de participação e controle social; promover a organização dos agricultores familiares; reduzir os passivos ambientais; melhorar as condições de saúde, saneamento básico; e melhorar a educação de jovens e adultos (GERALDI, 2006).

Por outro lado, pesquisa feita por Rech (2010) mostra que a motivação maior para a abertura do Conselho Gestor e união em forma de Território, era financeira, visto que as destinações de verbas do MDA, já naquela época, passaram a ser direcionadas para territórios rurais, tendo prioridade em relação aos municípios de forma isolada. Sendo por questões financeiras ou mesmo políticas, não se pode negar que direta ou indiretamente, a população rural passou a ser beneficiada com a abertura do Território, pois diversas ações foram e estão sendo implantadas em todos os municípios que o compõe.

Mesmo sendo uma tecnologia voltada para resolver questões da população rural, o que ocorre de fato é que uma grande parcela dos agricultores não sabe qual a função do Conselho Gestor, pois “se o agricultor familiar souber dos objetivos do Território, participará deste mais ativamente” (RECH, 2010, p. 81). Fica claro, que as **formas fenomenológicas da tecnologia** acabam por não ser aplicadas totalmente nesse caso, pois a tecnologia deveria ser para benefício e uso dos agricultores, e não apenas de uma minoria ou por interesses políticos.

Por ser um elemento de gestão social, o Conselho deve abranger as categorias que o fundamentam, ou seja, os interesses públicos, a esfera pública e a emancipação social (CANÇADO, 2011), pois a gestão social consiste na tomada de decisões que afetam uma “determinada comunidade ou território e todos os envolvidos participam como protagonistas – primeiro setor (Estado); segundo setor (mercado) e terceiro setor (sociedade civil)” (TENÓRIO, 2005, p. 107). Por isso é importante que ocorra de forma mais intensa a participação social, para que seus sujeitos usufruam de um instrumento que está a seu dispor e que lhes trará benefícios.

Relatos de ex-membros do Conselho Gestor mostram que no início, quando ainda se falava em ser pré-território, não sabiam ao certo o que era o tal enfoque territorial, por isso buscaram literaturas, treinamentos e capacitações para que pudessem se adequar as novidades do processo que estavam iniciando (RECH, 2010). Isso se encaixa como sendo parte de um **estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos**, pois havia referências para buscar apoio e orientação para o embasamento e o planejamento da nova fase que se iniciava.

Porém, já havia certa organização nos municípios, pois a existência das Secretarias de Agricultura e dos CMDR's os colocavam em posição de vantagem perante a criação do



Território. Tal fato ficou evidente quando a proposta de criação do mesmo foi levada ao MDA em um Seminário Regional. Nesta oportunidade, os representantes da região Centro Sul foram surpreendidos porque o MDA possuía uma política nos moldes do que já estava sendo feito pela região (RECH, 2010, p. 79).

Ao mesmo tempo em que ficaram surpresos, ficaram receosos, pois por um lado pregava-se a autonomia das regiões em definir suas prioridades e, por outro, eram necessárias algumas mudanças exigidas para se adequarem a esse molde preestabelecido. Diz-se, portanto, que houve uma institucionalização regendo a situação do momento, através do poder do MDA.

Quanto ao processo de institucionalização, o fato da entidade existir influenciou a conduta humana, definindo padrões estabelecidos de uma conduta dita apropriada para tal comunidade (BERGER e LUCKMANN, 2004). Com a institucionalização, surgem os papéis sociais que determinam o “comportamento e a previsibilidade dos relacionamentos entre os indivíduos, assim como os elementos mediadores das relações sociais imediatas ou não, que se desenvolvem no cotidiano” (MAGALHÃES, 2004, p. 236).

Técnicos da EMATER e algumas ONG's não citadas, além de Secretários de Agricultura dos municípios do Território Centro Sul, foram atores importantes no processo de criação do Conselho, se formatando como a **base sócio material** do processo de construção da nova tecnologia de gestão social. Esses profissionais debateram projetos e propostas com a finalidade de resolver problemas comuns entre os municípios, de forma a agilizar os processos de resolução dos problemas de todos em uma mesma ação.

Para que fosse reconhecido, o Território precisou aceitar algumas indicações do MDA, ou seja, precisou se adequar ao molde político imposto, sendo incluídos outros dois municípios com características semelhantes e que pertenciam à região de Ponta Grossa, além dos dez inicialmente propostos e que compunham a AMCESPAR naquela época. Mesmo sendo de iniciativa popular, foi necessária a presença e intervenção de uma **estrutura institucional**, neste caso o MDA, para que a proposta fosse concretizada e esta nova tecnologia fosse desenvolvida na região Centro Sul do Paraná.

Tanto o MDA quanto o CEDRAF foram os **operadores tecnológicos** do processo de construção da tecnologia, chamada Conselho Gestor. Foi por intermédio deles que a proposta se tornou realidade e foi possível dar início à nova fase de desenvolvimento da região de Irati.

Pode-se dizer que o Conselho Gestor e o Território passaram por um processo de legitimação, sendo explicado e justificado com base nas ações que seriam aplicadas na região,



visando manter, principalmente, os mecanismos conceituais e a organização social, que são uma forma de explicação coerente das relações sociais existentes na sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2004; MAGALHÃES, 2004).

No conceito de Trigueiro (2009, p, 93) “o reconhecimento que os indivíduos e grupos sociais conferem a determinada autoridade ou dominação” é chamado de legitimação, sendo um “aspecto central na vida contemporânea, em particular no que concerne à produção e adoção de novas tecnologias”.

A obra de Geraldini (2006, p. 24), relata algo que mostra a aceitação que o Conselho Gestor teve na época e o comprometimento da região com o mesmo, pois na Conferência Regional das Cidades, no ano de 2005, foi aceita uma proposta que “ao invés de aprovar um novo Conselho Regional, reforça a existência do primeiro, abrindo espaço para atuar em outras áreas. Porém como o Conselho Territorial responde a programa do MDA, sua atuação em outras áreas acaba sendo inexistente”.

As legitimações que ocorrem na sociedade podem, de acordo com Berger e Luckmann (2004), seguir-se a outros processos legitimados, fazendo com que se concebiam novos significados para determinada experiência social, ou seja, uma instituição que é reconhecida pelo povo tem seu significado incorporado facilmente, pois é vista como algo já conhecido e de confiança do indivíduo.

A legitimação e a representatividade dos Conselhos, e dos conselheiros também, junto à órgãos governamentais é algo de grande importância quando da busca de implantações efetivas em cada território e, muitas vezes, Conselhos sem legitimidade perante os seus representantes são prejudicados com as mudanças de governo, podendo até ser extintos (SOUZA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi elaborado com o intuito de compreender como ocorreu o processo de criação do Conselho Gestor sob a ótica da construção social da tecnologia. Para tanto, foram apresentados dados de pesquisa já existente, fazendo relações com os componentes da prática tecnológica, tentando relacionar cada um deles com os acontecimentos do ato de abertura.

Percebe-se que houve a participação social tanto no processo de criação do Conselho quanto nos períodos atuais, frequentando reuniões e solicitando recursos, mesmo com números



pouco expressivos e sendo representados por instituições como Secretarias de Agricultura, CMDR's e representantes da sociedade civil organizada, como associações e movimentos.

A criação do Conselho Gestor deu início a uma nova fase de desenvolvimento para a agricultura familiar da região compreendida no Território Centro Sul do Paraná, lançando mão de projetos que visam resolver problemas comuns entre os municípios. Entretanto, se faz necessário proporcionar uma participação social mais intensa, para que os sujeitos de forma mais global usufruam e colham os benefícios intrínsecos a este instrumento.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso. *Fundamentos teóricos da gestão social*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011.

GERALDI, Juliano. *Planejamento Regional e Gestão Territorial*. Estudo de caso da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – AMCESPAR. Curitiba, 2006. Monografia (Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Paraná.

_____. *Ordenamento e desenvolvimento territoriais no centro-sul do Paraná*. 2011. Dissertação (Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORIO, José Ramón Terry. Aproximación al concepto de comunidad como una respuesta a los problemas del desarrollo rural en América Latina. Em: *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/cccss/22/concepto_comunidad.html. Acesso em 11 abri, 2014.

HAAL, Richard H. *Organizações: estrutura e processo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984. Em: TRIGUEIRO, MICHELANGELO GIOTTO SANTORO. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Diagnóstico Socioeconômico do Território Centro-Sul: 1ª fase*. Caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

MAGALHÃES, Josiane. Processos de construção sociais, movimentos autogestionários e consciência crítica. Em: *ORG & DEMO*, v. 5, n. 2, 2004, p. 229-246.



MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Em: *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, jul./set., 1993, 239-262.

PINCH, Trevor F.; BIJKER, Wiebe E. The social construction of facts and artifacts: Or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER, W.; HUGHES, T; PINCH, T. *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987, p. 17-50.

RECH, Edemilso Pedro. *Desenvolvimento e território: uma análise da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Território Centro-Sul do Paraná*. 2008. 110 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2010.

SHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun., 2004, p. 8-125.

SOUSA, Ivan Sérgio Freire de. Accumulation of capital and agricultural research technology: a Brazilian case study. Columbus: The Ohio State University, 1980. Em: TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa?. 2000. Em: CARVALHO, Maria Do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (orgs.). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2000. p. 99-119.

TENÓRIO, F. G. (Org.). (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. Em: *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 5, 2005, p. 101-124.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *Sociologia da tecnologia: bioprospecção e legitimação*. São Paulo: Centauro, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.